

A importância do *brincar* para crianças em atendimento psicológico no contexto da Justiça Criminal:

uma experiência em uma Defensoria Pública mato-grossense

Jeyce Caroline Oliveira Camargo¹

Márcio Alessandro Neman do Nascimento²

Resumo: Com este relato de experiência objetivamos analisar o *brincar* como uma ferramenta importante no atendimento psicossocial de crianças. Para tanto, descrevemos a experiência vivenciada em um estágio específico do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), realizado na Defensoria Pública - Núcleo Criminal do município de Rondonópolis/MT. A base teórico-metodológica dos atendimentos foi a Esquizoanálise, por meio da qual cartografamos subjetividades de crianças que se encontravam em sofrimento psíquico e em contextos de vulnerabilidade e violência, na maioria das vezes, intrafamiliar. Com o decorrer dos atendimentos e das supervisões, analisamos que o *brincar* e a prática da escuta sensível e atenta à não reprodução de uma postura adultocêntrica criaram condições favoráveis para que as crianças falassem sobre suas dores e problemas, o que potencializou a atenção psicossocial.

364

Palavras-chave: Psicologia; Infância; Brincadeiras; Defensoria Pública.

Introdução

Nas últimas décadas, o alto índice de mortalidade e o recorrente número de denúncias de maus-tratos e violação de Direitos Humanos contra crianças e adolescentes³

¹ Psicóloga graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Rondonópolis. Membro do Laboratório Esquizoanalítico de Produção de Subjetividades e(m) Interseccionalidades (LEPSI). E-mail: jeycecaroll.roo@hotmail.com.

² Psicólogo. Professor Adjunto do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Mestre e Doutor em Psicologia e Sociedade: Subjetividade e Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Campus Assis-SP. Graduado em Psicologia (Bacharelado, Licenciatura Plena e Formação de Psicólogo) pela Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR). Coordenador do Laboratório Esquizoanalítico de Produção de Subjetividades e(m) Interseccionalidades (LEPSI). Pesquisador do grupo de pesquisa Núcleo de Antropologia e Saberes Plurais (NAPlus). E-mail: marcioneman@gmail.com. Site: <https://www.lepsi.net.br/>.

³ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/homicidios-de-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 26 abril 2021.

têm se mantido como uma importante problemática para as políticas públicas e para o setor jurídico. Constantemente midiaticizados⁴ e colocados em pauta pelos meios de comunicação, os casos de violência contra crianças e adolescentes, que até então eram vistos como acontecimentos isolados e ficavam circunscritos à ideia de “família desestruturada”, são cada vez mais concebidos como uma questão social, problematizada e analisada a partir de perspectivas interseccionais dos campos da Filosofia, Psicologia, Sociologia, Serviço Social, Direito e outras áreas de pensamento, que se entrelaçam para a construção de redes protetivas e preventivas. Nesse cenário, pesquisadores(as) e pessoas ligadas a movimentos sociais investem em estudos das violências e de suas consequências para o crescimento e desenvolvimento das crianças e adolescentes vitimados(as).

Nem sempre existiu, no entanto, uma infância e uma adolescência como hoje a compreendemos, o que faz com que seja necessário revisitar diferentes contextos sócio-histórico-políticos e culturais para compreender medos e horrores que assolaram as gerações de infantes e que ocasionaram o silenciamento de seus corpos e de suas vozes. Ao longo da história, foi sendo construída a ideia desses momentos específicos da vida humana, socialmente vistos como época de desenvolvimento, ingenuidade e limitações. Essa ideia se encontra em constante transformação e atualmente existem estudos que afastam as crianças e os adolescentes de concepções preconceituosas, essencialistas e universalizantes (NASCIMENTO *et al.*, 2020a; NASCIMENTO *et al.*, 2020b).

365

Ao fazer um resgate histórico, Ricardo Burg Ceccim e Analice de Lima Palombini (2009) afirmam que no início do século XVIII a infância não era confundida com ingenuidade, mas sim determinada como um período de animalidade e incapacidade: inexistência de razão, de compreensão linguística e de consciência moral. Entendia-se que uma criança compreendia com o corpo e não com o intelecto, sua ânsia era instintiva e não crítica. Logo, faltava-lhe caráter, inteligência e capacidade humana. Nesse sentido, Philippe Ariès (1981, p. 10) destaca que:

A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente

⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/caso-henry-historia-marcada-por-crueldades-chamou-atencao-da-policia-24960966>. Acesso em: 26 abril 2021.

em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje.

Com o passar do tempo, porém, irrompeu a compreensão de que não apenas os corpos das crianças eram diferentes uns dos outros, mas também seus modos de pensar, perceber o mundo e compreender os acontecimentos. Nesse sentido, a puberdade, ou seja, a criança que deixava a infância, passou a ser considerada, e, com isso, surgiu o período do desenvolvimento classificado como adolescência, como elucidado por Ariès (1981, p. 47): “a adolescência se expandiria, empurrando a infância para trás e a maturidade para frente”.

Por muito tempo, as crianças e os adolescentes foram impedidos de opinar em questões sociais e de participar de tomadas de decisões, muitas vezes relacionadas à própria infância e adolescência, hoje, no entanto, a sociedade passa cada vez mais a entender que cada período de maturação da vida apresenta características referentes a um modo de pensar e enxergar o mundo, mas que crianças e adolescentes, assim como todas as outras pessoas, apresentam singularidades e especificidades e precisam ser compreendidas de maneira integral e localizada. Além disso, tem-se discutido que pessoas em quaisquer idades podem e devem contribuir com a sociedade e praticar sua cidadania.

366

Essa compreensão, ao lado do grande número de casos de violência contra crianças e adolescentes, colaborou para que fossem elaboradas e implementadas leis para a garantia dos direitos à proteção de crianças e adolescentes contra inúmeras violações e situações abusivas. De acordo com Sônia Regina C. Lages, Verônica P. P. Silva e Natália C. F. Soares (2017, p. 325):

(...) é mais exatamente a partir da década de 1980 que a situação começa a se alterar, assinalada pela reabertura política e pelo fortalecimento dos movimentos sociais, como também pela criação da constituição cidadã (1988) considerada o marco de entrada na sociedade brasileira dos Direitos Internacionais da Criança, proclamados pela Organização das Nações Unidas (ONU) na década de 1950 (Marcilio, 2011; Ribeiro, 2010). Este período pós-ditadura também foi caracterizado pela reivindicação de direitos sociais por diversos grupos, o que acabou resultando na abertura de um espaço de possibilidades que posteriormente deu origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990), à Lei Orgânica de Assistência Social (1993), que reafirmou a responsabilidade social do Estado, e à criação do SUAS - Sistema Único de Assistência Social (2005).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante a proteção integral a todas as crianças e a todos os adolescentes, compreendendo-os como pessoas em desenvolvimento e cidadãos. Entretanto, apesar da existência do ECA, pesquisas denunciam falhas na assistência das políticas sociais destinadas às crianças e adolescentes em situação de risco (NEVES; BERNARDES, 2013).

Embora o processo de transição à vida adulta tenha se modificado nas sociedades ocidentais contemporâneas, incluindo mudanças nas noções de infância, nas organizações familiares, na autoridade parental e nas normas educativas, o padrão heteronormativo de gênero continua dominante, com suas normas que determinam os corpos sexuais inteligíveis e não inteligíveis (BUTLER, 2008). Além disso, a regulamentação da sexualidade jovem está na ordem do dia, justificada e medicalizada por meio de debates sobre gravidez, aborto, IST, violência, entre outros “problemas de saúde pública” (TONELI, 2012).

367

Isso demonstra como a infância e a adolescência se tornaram campos de embates discursivos e de interesses diversos e, diante disso, salientamos a importância de não perder de vista o entendimento de que existem diferentes tipos de infâncias e adolescências, que são perpassadas pelas perspectivas cultural, histórica, de classe socioeconômica, de raça/etnia, de gênero, de regionalidade, entre outras. Com isso, para a proteção e garantia de seus direitos, é imprescindível que crianças e adolescentes sejam considerados em suas singularidades, particularidades e inseridos em seus contextos.

Psicologia e Defensoria Pública

A Psicologia é uma área de produção de conhecimento que busca compreender os contextos sócio-histórico-políticos e culturais que compõem o ser humano por meio de intervenções biopsicossociais. A Psicologia não busca a estigmatização do ser, mas sim o fortalecimento de sua saúde mental e do seu bem-estar, não se reduzindo aos transtornos, mas considerando a subjetividade humana e suas complexidades na integralidade da pessoa atendida.

A Defensoria Pública, que se divide em Cível e Criminal, é um órgão que atende pessoas que não possuem condições financeiras de arcar com um serviço de atendimento particular. De acordo com Márcio A. N. Nascimento e colaboradores (2020c, 2020d), todas as pessoas que residem no Brasil têm o direito de acessar a justiça. A Defensoria Pública é o órgão que presta serviços gratuitos e de modo integral às pessoas que necessitam de assessoria sociojurídica e que não possuem condições financeiras para arcar com os custos.

Muitas pessoas que chegam à Defensoria não a buscam apenas para resolver problemas burocráticos, como regularização fundiária, execuções penais, segunda via de documentação, entre outros. Há uma grande quantidade de pessoas atendidas que estão em situação de sofrimento psíquico intenso e que encontram na Defensoria meios para se fortalecer e para sair daquela condição. No entanto, a demanda pelo atendimento na instituição costuma ser grande, o que ocasiona uma longa fila de espera.

368

Os atendimentos psicossociais realizados por extensionistas e estagiários(as) do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) ligados(as) ao Laboratório Esquizoanalítico de Produção de Subjetividades e(m) Interseccionalidades (LEPSI) são realizados na Defensoria Criminal, mas a equipe também recebe casos da Defensoria Cível. Por meio do projeto de extensão, intitulado *Atendimento Psicossocial Ampliado junto ao público que acessa a Defensoria Pública Criminal de Rondonópolis-MT*, extensionistas e estagiários(as) desenvolvem intervenções de atenção psicossocial voltadas à superar ou amenizar vulnerabilidades pessoais, sociais, programáticas e institucionais de pessoas em sofrimento psíquico quase sempre inseridas em contextos de violência, pobreza, doença e vidas precarizadas (NASCIMENTO *et al.*, 2020c, 2020d).

Usualmente, o(a) psicólogo(a) que trabalha na Defensoria atende com viés na “Psicologia Jurídica”, exercendo funções como: entrevistas, observações, dinâmicas de grupo, escuta, intervenções verbais, entre outros métodos e técnicas que ajudam a analisar contextos e produzir problematizações e pensamentos nas pessoas atendidas, de maneira ética e com total sigilo. Segundo Maisa Elena Ribeiro e Raquel S. L. Guzzo (2014, p. 87), “[...] o conhecimento precisa ser produzido a partir do conhecimento da realidade e sempre visa a uma práxis, isto é, a uma ação com intuito de transformação das condições de vida das classes marginalizadas”.

A Defensoria Pública recebe diversos casos multideterminados e por esse motivo demanda um olhar cuidadoso do(a) profissional de Psicologia ao acolher e ouvir de forma sensível a pessoa atendida. Infelizmente, no entanto, essas instituições em geral não possuem psicólogos(as) em seus quadros de funcionários(as), o que significa uma preocupante lacuna nos serviços públicos oferecidos à população.

No que se refere aos direitos das crianças e adolescentes, público que também é atendido na instituição, Sissi Malta Neves e Nara Maria G. Bernardes (2013) afirmam que, embora os direitos desses sujeitos sejam debatidos em esferas do poder público e jurídico e nas áreas da saúde e da educação, seu caráter polêmico e contraditório nos leva à triste observação e análise de que a cidadania dos jovens das classes populares está longe de ser garantida e defendida. O conteúdo desses debates continua sendo a manutenção de direitos distintos para classes sociais diversas.

As crianças e adolescentes que vivem à margem da sociedade constituem sua cidadania de forma mais plena quando se envolvem em discussões sobre seus próprios direitos. De acordo com Neves e Bernardes (2013), é importante que se procure, nessas discussões, algumas estratégias de intervenção que contribuam para que essas crianças e adolescentes desenvolvam suas habilidades em relações interpessoais, de a modo denunciarem maus-tratos e a se sentirem confortáveis ou menos receosos para buscar informações sobre prevenção e proteção.

369

O atual contexto político tem sido palco de negligências com relação a políticas que promovem a diminuição de desigualdades, o que acaba por marginalizar ainda mais as crianças e os adolescentes, que há muito vêm sendo silenciados. Além disso, as informações acessadas por muitas crianças e adolescentes em seu meio intrafamiliar não têm sanado suas dúvidas, uma vez que suas perguntas se esbarram em práticas sociais violentas (relações adultocêntricas e violência de gênero e conjugal, entre outros). Nesse sentido, faz-se necessário que haja mais políticas voltadas para a atenção e para a saúde de crianças e adolescentes, e que estas alcancem diversos meios culturais e sociais de comunicação, para que assim essas pessoas se compreendam como sujeitos de direitos, para que tenham discernimento dos componentes sociais de seu sofrimento, sendo capazes de realizar mudanças e trilhar novas trajetórias de existência.

O posicionamento teórico-metodológico em que sustentamos nossas ações foi a Esquizoanálise, proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2010). A Esquizoanálise investe na prática da cartografia e nos estudos das produções de subjetividades. De acordo com Deleuze e Guattari (2010, p. 480-481):

A tarefa da esquizoanálise é desfazer incansavelmente os eus e seus pressupostos, é libertar as singularidades pré-pessoais que eles encerram e recalcam, é fazer correr os fluxos que eles seriam capazes de emitir, de receber ou de interceptar, de estabelecer as esquizas e os cortes cada vez mais longe e de maneira mais fina, bem abaixo das condições de identidade, de montar as máquinas desejanças que recortam cada um e o agrupam com outros. Pois cada um é um grupúsculo e deve viver assim, ou melhor, como a caixa de chá zen, quebrada e múltipla, que tem as fendas reparadas com argamassa de ouro, ou como a laje de igreja cuja fissura é sublinhada pela pintura ou pela cal (o contrário da castração, unificada, moralizada, ocultada, cicatrizada, improdutiva). A esquizoanálise tem este nome porque em todo o seu procedimento de cura ela esquizofreniza, em vez de neurotizar como a psicanálise.

370

As crianças que chegam à Defensoria quase sempre estão em sofrimento, geralmente são tímidas e têm medo de ir para lugares que lhes pareçam estranhos e de estar na presença de alguém totalmente desconhecido. No início de cada atendimento com essas crianças, costumávamos efetuar um acordo entre criança e terapeuta, na intenção de estabelecer um cenário que facilitasse a produção de fala e de escuta para ambos. No entanto, em muitos casos, logo percebemos que as crianças queriam apenas brincar, portanto se tornava importante analisar se o ato de brincar, naquele contexto, significava um desejo genuíno de diversão, uma fuga do diálogo, uma forma de dizer de si ou as três coisas. Diante disso, construímos uma estratégia que partia do lúdico, como pintura e desenho, confecção de fanzines, costura de roupas de bonecas, criação de bonecos, jogos, entre outros. Essas atividades faziam com que as crianças, no decorrer do atendimento, se sentissem mais seguras e confortáveis para falar.

Essa prática de produção constante de um fazer psicológico reiterou nosso posicionamento de que cada psicólogo(a) desenvolve sua maneira de atender, pois, independentemente de sua abordagem, a trajetória de um profissional de Psicologia deve ser marcada pela construção e adaptação criativa de técnicas e métodos que estejam de acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005). Na Esquizoanálise,

trabalhamos com a experimentação, ou seja, não há uma prática específica e fixa, uma vez que partimos do pensamento de que a prática deve ser construída a partir do espaço e do tempo em que a cartografia se desenvolverá. Como dizem Virgínia Kastrup e Regina Benevides de Barros (2015, p. 76), “A cartografia é um procedimento *ad hoc*, a ser construído caso a caso. Temos sempre, portanto, cartografias praticadas em domínios específicos”.

Nossas experiências com os atendimentos reforçaram nossa crença na importância da criação de um espaço livre de julgamentos, sem imposições, inclusive de que a criança fale quando ainda não se sente segura, e ressaltaram o *brincar* como uma ferramenta para o estabelecimento de vínculo com a criança, o que gera confiança, quebra inseguranças e torna o espaço acolhedor. O estabelecimento do vínculo é primordial para que o atendimento efetue mudanças na vida da criança e em sua saúde mental. É importante que a criança esteja segura de que nada do que fale escapará do processo terapêutico, pois, principalmente em contextos da Defensoria Pública, a criança sente que será vítima de represálias, caso fale sobre as violências que sofre/sofreu ou que expresse seu sofrimento.

371

A partir de agora, tendo em vista que este trabalho se trata de um relato de experiência, me colocarei no texto em primeira pessoa, uma vez que recorro ao meu diário de campo e a anotações pessoais e de supervisão para descrever como aconteceram alguns atendimentos realizados por mim, primeira autora deste escrito.

A primeira criança que recebi foi Marie (nome fictício escolhido com base em seu personagem favorito). Ela era uma menina de cinco anos, branca, de cabelo louro e peso e altura compatíveis com os padrões esperados para sua idade. Marie morava com a mãe e o padrasto. Assim como várias de outras crianças atendidas, a menina aparentava se sentir acuada quando adentrou pela primeira vez a sala de atendimento. No seu caso, em específico, o acompanhamento acontecia ao mesmo em que sua mãe era atendida em outra sala. Marie conversou comigo no pouco tempo em que passamos juntas nesse primeiro encontro, no entanto, permaneceu de cabeça baixa e sua voz era quase inaudível.

Na maioria das vezes em que uma criança entrava pela primeira vez na sala de atendimento, lhe entregávamos um desenho para colorir ou uma folha de papel para desenhar, e enquanto a criança desenhava ou pintava, fazíamos perguntas, na tentativa de desenvolver o vínculo terapêutico. Foi o que fiz com Marie, que recebeu uma folha de

papel em branco, onde desenhou a família. Diante das perguntas, ela relatou alguns dos motivos que a levaram à Defensoria, sendo um deles a violência doméstica praticada pelo pai. A menina também havia presenciado as agressões sofridas pela mãe.

Nas sessões seguintes, Marie relatou vários episódios de sua vida enquanto desenhava. Em alguns momentos, ela pressionava os lápis com tanta força que suas pontas se quebravam. As violências vividas a haviam atravessado de tal forma que produziram e continuavam a produzir sofrimentos psíquicos intensos, que interditavam suas experiências infantis. Porém, com o decorrer dos atendimentos, Marie passou a interagir com mais frequência e menos desconfiança comigo e com outras pessoas que encontrava na Defensoria. Ela, uma menina de cinco anos, começava a entender o que lhe havia acontecido.

Estabelecido o vínculo terapêutico, Marie me deixou adentrar seu mundo, formado com a construção imaginária e o entendimento de criança. No processo, Marie apresentou dificuldades e barreiras que foram se quebrando, fazendo surgir sofrimentos que ela havia escondido por medo ou tristeza. Sua aparência e expressões também mudaram aos poucos e seus olhos foram se fazendo reluzentes. Essas mudanças refletiram em suas vivências em outros ambientes que frequentava, como a escola. Seu rosto, antes repleto de preocupação e medo, que às vezes afastava as pessoas, tornou-se mais amigável.

372

No decorrer dos atendimentos, muitas crianças apresentavam discursos que não eram delas, mas sim dos pais e outros adultos de seu entorno. Tais discursos, constantemente preconceituosos, geravam influências negativas, que contribuíam para a formação do pensamento das crianças atendidas, que os reproduziam sem conhecer seus significados. Um exemplo disso é o relato de uma de nossas atendidas, que disse não gostar do irmão porque ele era “viado”. Segundo ela, o irmão não gostava de mulher e por isso não gostava dela. A criança havia ouvido essas falas da mãe, que não tinha uma boa relação com os enteados e contava suas frustrações à filha, tratando-a como uma mulher adulta e não uma criança.

O segundo caso que apresentaremos é o de Cisne, uma menina que recebia pouco afeto, não se considerava bonita e tinha autoestima baixa. Ela costumava dizer que achava bonitos apenas os seus braços e os olhos. Cisne tinha sete anos, era negra, de cabelo preto,

olhos castanhos, peso acima do esperado para a idade e cursava o terceiro ano do Ensino Fundamental. Cisne aparentava ser uma criança um tanto solitária, tanto em relação a amigos quanto em relação à família. A menina parecia não ter vínculos afetivos com os familiares, inclusive com os que residiam em sua casa.

A mãe de Cisne estava perdendo seu papel materno, pois considerava a filha uma amiga, com a qual desabafava suas ânsias e frustrações. O pai era dito como “ausente”, visto que a criança afirmava não haver diálogo entre eles. Cisne tinha uma irmã e um irmão, que eram do primeiro casamento do pai, mas não era próxima destes. Outro familiar relevante na trajetória da menina é o “avô”, não consanguíneo, que a molestou.

No início do atendimento de Cisne experimentamos trabalhar com a história do “Patinho Feio”, personagem da literatura infantil que sofre muito preconceito por ser considerado diferente. Tal história foi escolhida pela menina e a aproveitamos com o intuito de instigá-la a perceber que existe uma multiplicidade de “patinhos feios” pelo mundo, que é importante que eles falem sobre seus sofrimentos e que entendam que esses processos são sociais, normativos, preconceituosos e excludentes.

373

Em outro momento, optamos por montar um cenário de teatro e deixamos Cisne livre para escolher seus personagens, que eram diversificados e feitos de pano e retalho. Em uma das sessões, ao dizer: “pessoas de pele escura são estranhas”, ela demonstrou como o racismo insurgia na produção de sua subjetividade, autoimagem e de processos identificatórios e de pertencimento. Essa fala nos sugeriu elementos para mapear a visão que Cisne tinha de si e pudemos relacioná-la com outros episódios em que a menina havia demonstrado estar com a autoestima baixa. Em relação a isso, Ricardo Franklin Ferreira e Amilton Carlos Camargo (2011) afirmam que desde cedo aprendemos, a partir de mecanismos de reprodução ideológica, que as características identitárias mais prestigiadas são as de pessoas brancas, o que faz com que crianças não brancas sejam atravessadas por um ideal branco-europeu, que lhes causa sofrimento e sentimentos de inferioridade e não pertencimento. Muitas vezes, tal ideal é reproduzido inclusive no seio familiar. Os momentos de pintura, quando Cisne, por exemplo, se recusava a pintar seus personagens com o lápis de cor marrom, e de brincadeiras no teatrinho, me possibilitou problematizar com a menina questões de raça, etnia, cultura, entre outros.

Os casos de Marie e Cisne nos trouxeram questões muito particulares, mas também compartilhavam algumas características, dado que ambas, depois de passarem por um sofrimento intenso, apresentavam traumas e eram pouco sociáveis, mas produziram afirmatividade, resistência e enfrentamentos durante o processo psicossocial. Minha experiência com esses atendimentos foi de grande relevância para minha formação, por possibilitar a visualização de minha prática como psicóloga, uma vez que o trabalho me instigou a criar métodos e técnicas de intervenção, que, mesmo com as dificuldades corriqueiras, me permitiram potencializar minha atuação profissional.

Ao longo dessa experiência de dois anos, percebi peculiaridades de cada caso e conheci as crianças atendidas e suas necessidades, que iam da falta de acessibilidade e analfabetismo a aspectos particulares e subjetivos, como as formas de afeto e suas relações com o mundo. Chico Bento, uma criança que atendi em 2019, tornou ainda mais visíveis esses contornos subjetivos e sociais. O nome fictício surgiu pelo fato de ele amar o campo e os animais, com os quais estabelecia contato ao frequentar a fazenda dos seus avós, lugar que costumava ser seu refúgio contra a dor e sofrimento psíquico que experienciava.

374

Chico Bento era um menino de 10 anos que frequentava o 6º ano do Ensino Fundamental, negro, cabelo preto ondulado, olhos castanhos, um pouco acima do peso e estatura baixa em relação ao esperado para a idade. Ele havia presenciado o pai agredir a mãe de forma tão violenta que quase se tornara fatal. As agressões só foram cessadas porque o menino se colocou em frente ao pai e pediu que ele parasse.

Durante os primeiros atendimentos, Chico Bento não falava e o silêncio, em alguns momentos, chegava a me incomodar. Ele também não brincava e demonstrava estar com medo, desconfiado e alerta. Uma vez que o encaminhamento se deu por conta de uma questão envolvendo vários familiares, optei por falar primeiramente com a mãe da criança, em um ambiente separado. Em um caso como este, é importante salientar a importância de escutar separadamente os responsáveis pela criança, para se ter uma ideia de suas percepções, mesmo que adultocentradas. Especificamente neste caso, a compreensão da gravidade ocorreu por meio do estudo de caso feito pela equipe de estagiários, extensionistas e supervisor, pois os atendimentos da mãe e os da criança eram realizados por discentes diferentes.

Com Chico Bento, utilizei brinquedos de aprendizagem, como letras do alfabeto, e livros. O trabalho com esses materiais me ajudou a compor um ambiente que favoreceu a produção de fala, e logo o silêncio que Chico Bento trouxera foi dando lugar aos primeiros diálogos. Embora com alguma dificuldade, Chico Bento realizava leituras. Ele também pintava e falava o nome de familiares, que esquecia com frequência. Os “lapsos de esquecimento” de pessoas e situações era uma condição recorrente nos encontros iniciais. Em uma das últimas sessões, pude ver a progressão dos atendimentos ao me deparar com Chico Bento sorrindo, a mesma criança que não se comunicava nos primeiros atendimentos.

Ao final de todas as sessões, eu perguntava às crianças o que elas haviam achado de nosso encontro e como estavam se sentindo. Ouvi-las dizer que haviam gostado do atendimento e ver suas expressões faciais menos preocupadas e mais exultantes era, para mim, a maior recompensa. Saber que estava acontecendo esse movimento em suas composições subjetivas e que as crianças se sentiam cada vez mais aliviadas fez com que eu me apaixonasse ainda mais pelo trabalho de psicóloga.

375

Considerações finais

Por meio do processo de *brincar*, analisamos que as crianças se percebem diferentes dos adultos. Adultos menosprezam a fantasia e o lúdico e se aprisionam numa ideia de recompensa e merecimento de felicidade. Crianças são felizes pelo processo da experiência, pelo acaso, pelo encontro com o outro, pelos pequenos detalhes e descobertas. Cada gesto, invenção e brincadeira evoca uma felicidade gratuita, despretensiosa e compartilhada. Mas como brincar em um mundo adultocêntrico e acelerado baseado na lógica do capital e da meritocracia em que tempo é dinheiro e em que os fins sempre devem justificar os meios? E o que fazer a respeito dos contextos de opressão, violência e injustiça que afastam crianças do *brincar* e consequentemente da condição de estar feliz?

Existe uma grande fragilidade nas políticas públicas no que se refere aos atendimentos psicológicos e psicossociais destinados a crianças e adolescentes. Nossas atividades na Defensoria Pública Criminal de Rondonópolis apenas se tornaram possível,

por exemplo, porque os defensores responsáveis compreenderam a importância de um trabalho desenvolvido por uma equipe de psicólogos(as) em formação. Nossas ações foram, inclusive, requeridas por outras instituições. Isso aponta a necessidade de que profissionais de Psicologia ocupem as instituições públicas, principalmente aquelas que ofertam serviços voltados ao fortalecimento biopsicossocial da população.

Atualmente as violências contra crianças e adolescentes estão mais discutidas e evidenciadas, mas ainda precisamos investir muito mais em políticas preventivas e protetivas. Crianças e adolescentes precisam falar e serem ouvidos e deve ser de interesse público a efetivação de trabalhos que busquem acolher e conscientizar a população sobre essa realidade.

Por fim, adentrar esse espaço público destinado a receber pessoas em algum grau de vulnerabilidade social foi enriquecedor para a prática de nosso fazer psicológico. Os atendimentos nos levaram a perceber a importância de um espaço lúdico e acolhedor nesse ambiente, geralmente dominado por pessoas adultas ocupadas com suas “coisas de adultos”. O espaço lúdico e a possibilidade de trabalhar com brinquedos e jogos nos ajudou a fazer do *brincar* uma importante estratégia para o estabelecimento de vínculo, produção de fala e para a realização dos atendimentos psicossociais com as crianças.

376

Referências

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CECCIM, Ricardo Burg; PALOMBINI, Analice de Lima. Imagens da Infância, devir-criança e uma formulação à educação do cuidado. **Psicologia & Sociedade**; v. 21, n. 3, p. 301-312, 2009.

Código de Ética Profissional do Psicólogo. Conselho Federal de Psicologia, Brasília, 2005. Disponível em: Acesso em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. 27 abril 2021.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.

FERREIRA, Ricardo Franklin; CAMARGO, Amilton Carlos. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 31, n. 2, p. 374-389, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200013>. Acesso em: 27 abril 2021.

KASTRUP, Virgínia; BARROS, Regina Benevides de. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: _____. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 76-91.

LAGES, Sônia Regina Corrêa; SILVA, Verônica de Paiva Perroni; SOARES, Natália Caroline de Freitas. Os saberes e fazeres dos psicólogos no campo das violações dos direitos humanos na infância. **Psicologia Revista**, v. 26, n. 2, São Paulo, p. 323-335, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2017v26i2p.323-335>. Acesso em: 27 abril 2021.

NASCIMENTO, Marcio Alessandro Neman do; SILVA, Eloize Marianny Bonfim da; REIS, Jefferson Adriã; CARDOSO, Jéssica Matos. Paisagens psicossociais cinematográficas de uma infância trans: análise cartográfica fílmica de *Tomboy*. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura - REBEH**, v. 3, p. 268-287, 2020a. Disponível em: <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2020.9.10208>. Acesso em: 27 abril 2021. 377

NASCIMENTO, Marcio Alessandro Neman do; SILVA, Eloize Marianny Bonfim da; REIS, Jefferson Adriã; CARDOSO, Jéssica Matos. Traíd@s pela Verdade: análise cinematográfica sobre a infância trans nas obras francesas *Ma Vi En Rose* (1997) e *Tomboy* (2011). In: GOMES, Aguinaldo Rodrigues; DE LION, Antonio Ricardo Calori. (Orgs.). **Corpos em trânsito: existências, subjetividades e representatividades**. Salvador: Devires, 2020b, p. 170-187.

NASCIMENTO, Márcio Alessandro Neman do; REIS, Jefferson Adriã; CARDOSO, Jéssica Matos; OLIVEIRA, João Paulo dos Santos de; SOUZA, Lissa Carvalho de. Saúde Mental, Justiça Criminal e Extensão Universitária: atendimento psicossocial na Defensoria Pública do município de Rondonópolis-MT. **Expressa Extensão**, v. 25, p. 56-67, 2020c. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/ee.v25i2.18209>. Acesso em: 27 abril 2021.

NASCIMENTO, Márcio Alessandro Neman do; ALMEIDA, Amanda Bravo Pereira; SOUZA, Lissa Carvalho de; FERREIRA, Maria Carolina Kovaleski. Os aspectos psicossociais do atendimento de mulheres, LGBT+ e crianças na Defensoria Pública - Núcleo Criminal do município de Rondonópolis. In: IRINEU, Bruna A. *et al.* (Orgs.). **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes**. Salvador: Devires, 2020, p. 135-151. Disponível em: <https://www.queerlivros.com.br/pagina/ebook-gratuito-diversidade-sexual-etnico-racial-e-de-genero-temas-emergentes.html>. Acesso em: 27 abril 2021.

NEVES, Sissi Malta; BERNARDES, Nara Maria Guazzelli. Psicologia social e comunidade. *In: STRAY, Marlene Neves et al. Psicologia social contemporânea: livro-texto*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

RIBEIRO, Maisa Elena; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 9, n. 1, p. 83-96, 2014. Disponível em: http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/837. Acesso em: 27 abril 2021.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. *In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; SATO, Leny (Orgs.). Diálogos em Psicologia Social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 147-167. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-12.pdf>. Acesso em: 27 abril 2021.

The importance of playing for children in psychological care in the context of Brazilian Criminal Justice:

378

an experience of a Public Defender from the State of Mato Grosso-BR

Abstract: This experience report aim to analyze the practice of playing as an important tool in the psychosocial care of children. To this reach this goal, we describe our experience at an internship discipline of Psychology undergraduate program at the Federal University of Rondonópolis (UFR). The internship was carry out at the Public Defender's Office - Criminal Nucleus of the city of Rondonópolis / MT. The theoretical and methodological basis of the consultations was Schizoanalysis, through which we mapped the subjective productions of children who were in psychological distress and in contexts of vulnerability and violence, most of the time, experienced within the family nucleus. As we performed the consultations and during the supervision, we analyzed that the playing and the practice of sensitive and attentive listening, not based on the reproduction of an adult-centered posture, was able to create favorable conditions for the children to talk about their pains and problems, which enhanced the results of psychosocial care.

Keywords: Psychology; Childhood; Play; Public defense; Psychology.

Recebido: 30/04/2021

Aceito: 05/06/2021